

Conclusão

Ao longo da presente tese fomos desenvolvendo um conceito de ética empresarial fundado em conceitos-chave como o diálogo, a empresa como comunidade, a centralidade do indivíduo e a responsabilização metajurídica dos indivíduos e das empresas. No entanto, e antes de mais avançar, será conveniente recapitular o que a ética empresarial, à luz do aqui defendido, não é.

Em primeiro lugar, a ética empresarial não pode ser uma mera crítica destrutiva das empresas (“as empresas não são nem poderão nunca ser ‘éticas’”). No tratamento do tema deve-se, pelo menos, levar o objecto de estudo a sério; foi de resto isso que se pretendeu, procurando não só definir o conceito de ética aplicada às empresas, mas também definindo *que* empresa pode ser ética, quais os pressupostos a cumprir.

Em segundo lugar, a ética empresarial não pode, inversamente, ser um mero suporte de uma visão *managerialista*, um mero instrumento de legitimação de *qualquer* prática que seja designada como estando no âmbito “ética empresarial”, ou, mais frequentemente, da “responsabilidade social” das empresas. Assim, opusemo-nos à prática da *caridade* ou da *filantropia* enquanto práticas de uma empresa ética – a ética empresarial deve ser simultaneamente menos lata e mais exigente para com os agentes individuais e sobretudo organizacionais. Dar um donativo a uma instituição de caridade é extremamente fácil. Difícil é cumprir obrigações fiscais, remunerar convenientemente os accionistas e os trabalhadores, não praticar concorrência desleal, evitar a publicidade dúbia ou francamente enganosa, etc..

As duas visões precedentes entram em choque directo com o conceito de ética empresarial, mas existe uma terceira perspectiva, que tivemos oportunidade de expor – a de Milton Friedman – e que, ainda que possa encerrar um conceito de ética próprio perfeitamente defensável, é diferente – diremos mesmo, oposta – à que defendemos. Milton Friedman reduz a empresa a uma propriedade que tem como único objectivo remunerar o capital. Sabemos, contudo, que as funções da empresa transcendem em muito a perspectiva tradicional: elas remuneram o capital, mas o trabalho também; integram os indivíduos na comunidade por um lado, mas permitem também (ou devem permitir) o livre desenvolvimento das capacidades dos indivíduos; e fornecendo bens e serviços às sociedades, têm uma função social – mas contraem também deveres como resultado das suas diversas utilidades. Negócios que possam ser vistos pela sociedade

como nocivos podem efectivamente ser proibidos ou fortemente limitados – e é por isso que uma reflexão sobre a natureza e os fins das empresas tem de andar sempre ligado à ética empresarial. No caso do referido autor, o conceito de “responsabilidade social” da empresa limita-se à distribuição do lucro porque a empresa é vista nos termos da escola da economia neoclássica. A responsabilidade das empresas aqui sustentada supera essa única obrigação. Vejamos pois o que *é* a ética empresarial, conforme a fundamentação aqui realizada.

O ponto de partida para a definição da ética empresarial à luz de uma ética do discurso só pode ser a ideia de respeito pelos interesses de *todos* os afectados pela actividade de cada empresa. Não apenas os accionistas, não apenas os trabalhadores, não apenas os consumidores, mas todos esses e ainda mais – por exemplo, as populações circundantes aos locais em que a empresa exerce a sua actividade e também todos aqueles que no futuro sofrerão consequências dessa actividade sobre as suas vidas, directa ou indirectamente (por exemplo, em matéria ambiental). Como se depreende do agora dito, a ética do discurso não pressupõe um diálogo directo entre todos os afectados, mas sim que nas tomadas de decisão os diversos interesses sejam levados em conta. De resto, trata-se de algo análogo à posição inicial rawlsiana: o diálogo é puramente ficcional numa primeira abordagem. A grande diferença face a Rawls é que não se trata de definir uma situação de justiça à partida, dado que o momento convencional está já pressuposto: a ética empresarial só pode emergir em sociedades democráticas, pluralistas, com uma opinião pública forte, uma sociedade civil dinâmica, uma constituição política estável.

Por outro lado, a ética do discurso efectivamente pressupõe um diálogo real, mas esse estabelece-se essencialmente de forma *poliárquica* – como Adela Cortina define – e não *democrática*. Assim, entram em jogo representantes dos vários interesses afectados e também especialistas nas matérias que estejam em discussão. É da informação que dessas instâncias poliárquicas de debate e decisão que depois a opinião pública pode formular juízos, e com eles novamente alimentar os debates especializados.

Enfim, a ética empresarial não é uma ética maximalista – ela vive da sua possibilidade de ser útil às sociedades e às empresas e isso exige pragmatismo. Como concomitantemente, e como já afirmámos, não pode ser simplesmente um instrumento de legitimação de determinadas instituições, práticas ou indivíduos, ela tem de obedecer a um princípio último e irrecorrível (o acima descrito respeito pelos interesses de todos os afectados), não fundamentável empiricamente mas que fundamente toda a prática. É

devido a este choque ou a esta tensão, a esta dimensão eminentemente trágica, que a especificação apeliana da ética do discurso enquanto *pragmática transcendental* se revela de uma importância extrema, caso queiramos seriamente fundamentar uma ética empresarial que nem prescindia da ética, nem prescindia da empresa, e reconheça que os princípios morais e as necessidades materiais são ambos desejáveis e compatíveis – ainda que não de uma forma perfeita, mas pelo menos perfectível.

Esta aceitação da imperfeição pode ser muito importante quando falamos de questões primariamente individuais, ou de éticas que se debruçam sobre o comportamento individual. Mas quando falamos de uma ética que visa orientar a acção não de um indivíduo, mas de uma organização, e de mais a mais, de uma organização que tem como responsabilidade obter lucro (sob pena de desaparecer), a não adopção de visões maximalistas é crucial. No entanto, a ética não pode ser vista apenas como um empecilho à actividade económica. Vejamos porquê.

Falir um banco, que desastre! Falir uma alma...

– Mas que demónio é isto de falir uma alma?

Guerra Junqueiro

As empresas podem falir por inúmeras razões, as quais podem estar relacionadas com a sua falta de dinamismo, com a sua baixa competitividade, com uma conjuntura económica desfavorável. Mas pode uma empresa (digamos, um banco) falir por não ser ética? Os recentes desenvolvimentos indicam que sim. Não tivessem algumas almas falido há muito tempo, e algumas empresas manter-se-iam de pé, mesmo em contexto de crise generalizada, mesmo que com maiores dificuldades. Esta talvez seja uma das melhores lições que se possa retirar de os tempos que ora se vivem: a ética não é matéria apenas da vida privada, mas uma necessidade da vida em comunidade. E a ética não é uma mera colecção de sentimentos morais fundados na intenção e sem efeitos na realidade; a ética empresarial, em particular, é um recurso inelidível para a sustentabilidade dos negócios e para uma sustentabilidade *livre*.

Livre porquê? Porque fundada na autonomia dos indivíduos e das organizações. Defendeu-se que a ética exige indivíduos livres – livres das contingências que lhes impossibilita a realização de escolhas racionais. A libertação da contingência no plano de uma ética empresarial não implica uma desconsideração sobre os resultados da nossa acção, mas uma atmosfera de confiança e de transparência nos propósitos e no contexto

(nos desejos e nas necessidades) de cada interveniente. O diálogo nos termos em que as éticas discursivas o colocam encontra as suas condições de possibilidade precisamente na transparência e a confiança. Ele pressupõe uma série de atitudes muito concretas – rigor contabilístico e financeiro, veracidade estatística, etc.. A ética empresarial encontra pois na ética dialógica ou discursiva um conceito misto entre teoria e prática, entre o ideal e os meios para o alcançar.

“Um homem é tanto mais livre quanto menos possa ser coagido fisicamente e, ao invés, o possa ser moralmente”, frase de Kant, avançada desde a Introdução, é uma resposta aos problemas que vamos encontrando no cenário actual. Se há empresas que falem porque a alma dos seus detentores ou dos seus gestores estava falida, e se essas empresas acabam sendo nacionalizadas para evitar danos maiores, podemos então realmente negar a ligação estreita e insuperável entre ética e racionalidade económica? A falência moral pode bem arrastar a falência financeira de uma empresa.

A regulação jurídica (ou seja, estatal) é necessária, mas afirma-se que é para lá da legalidade, no campo da ética, que emerge o mercado efectivamente justo. A legalidade ou é excessivamente opressora ou excessivamente débil – e, não raro, quando nela depositamos demasiada confiança sem compreender o húmus que torna a lei jurídica forte (o compromisso moral de cada indivíduo em agir bem, o sentimento moral de respeito pela lei) e sem que esse húmus exista, a lei pode bem ser simultaneamente débil (sendo contornada pelos fortes) e opressora (servindo para calar os fracos).

Pretende-se fazer notar que será cada empresa a definir a sua própria identidade – a sua, como já vimos, cultura. E será cada empresa, no seio de uma economia livre porque aberta, isto é, transparente, em que agentes eticamente orientados confiam no discernimento próprio e alheio, que será responsabilizada pelas suas opções – desejavelmente com o mínimo de violência, isto é, imposição jurídica, isto é, estatal; e desejavelmente com o máximo de coerção moral. Uma coerção que como também já vimos, no seio de uma ética social não é simplesmente de âmbito interno/individual mas também externo, nas relações que se estabelecem entre indivíduos, entre estes e as instituições e no seio destas últimas. Este apelo duplo à liberdade e à aceitação das suas consequências será um elemento condutor de qualquer proposta ética, especialmente se tiver o intuito de se debruçar sobre questões sociais (e não meramente de consciência individual).

Foi uma ética empresarial deste tipo que procurámos defender com a presente tese.